

# PMDB não dá apoio à emenda Quéricia

BRASILIA (Sucursal) — A emenda do senador Orestes Quéricia convocando uma Assembléia Nacional Constituinte não recebeu apoio, ontem, da Executiva do PMDB, que se reuniu em Brasília para tratar desse e de outros assuntos. Também a comissão mista do Congresso rejeitou-a ontem.

Do comportamento do órgão máximo do partido oposicionista se deveu a uma intervenção do deputado Francisco Pinto (BA), que é contrário a uma referência expressa ao comando do presidente da República na formalização da medida. No final da reunião ficou acertada a apresentação de uma emenda supressiva à proposta de Quéricia. A supressão atingiria exatamente a referência expressa ao comando do presidente Figueiredo para convocação da Constituinte.

## AS DISCUSSÕES

O assunto foi muito discutido durante a reunião e o próprio Quéricia discordou das restrições do representante baiano, argumentando que o partido não poderia ignorar a autoridade de Figueiredo na convocação da Constituinte. "Só se tivéssemos armas para mudar tudo", teria dito o senador paulista, segundo o testemunho de alguns.

Os que criticaram a proposta defendiam a tese de que a agremiação não poderia nem deveria aceitar, previamente, a coordenação do presidente da República. "Se o general Figueiredo comprometer-se, pública e formalmente, com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte", opinou Francisco Pinto, "ai, sim, a oposição dará seu apoio."

## OUTROS ASSUNTOS

A Executiva do PMDB fixou, ainda, as datas das convenções partidárias: as municipais foram marcadas para 12 de outubro, as estaduais para 23 de novembro e a nacional para 7 de dezembro.

Outro tema tratado na reunião foram os contatos efetivamente feitos pelo presidente Ulisses Guimarães a propósito da Constituinte. Ulisses esclareceu que durante o recesso teve encontros com integrantes da OAB, empresários e líderes sindicais, informando que foi esse também o tema central dos seus pronunciamentos em reuniões partidárias e à imprensa.

Na mesma reunião, a Executiva peemedebista ratificou o apoio, no Amazonas, ao grupo liderado pelo deputado Mário Frota e pelo vereador Fábio Lucena. Até ontem o partido não havia recebido nenhuma comunicação do senador Evandro

Carreira, anunciando sua transferência para o PTB, insatisfeito com a solução dada em favor de seus adversários nas disputas internas pelo controle do PMDB amazonense.

## COMISSÃO REJEITA

Com a rejeição de sua emenda pela comissão mista do Congresso, Orestes Quéricia, espera, agora, que nas próximas semanas o Supremo Tribunal Federal dê uma resposta ao mandado de segurança que impetrou contra a Mesa do Senado, que não a anexou à do presidente Figueiredo, estabelecendo eleições diretas para governador e vice.

A mesma comissão aprovou, por outro lado, parecer do senador paraense Aloisio Chaves, vice-líder do PDS, de que o Congresso tem amplos poderes para reformular a Constituição, de que são provas as inúmeras emendas em tramitação. Para Chaves, a convocação de uma Constituinte, só se justificaria após uma ruptura completa da ordem existente.

O parecer de Aloisio Chaves

foi aprovado por 11 votos contra 4: cinco representantes da oposição, entre os quais Orestes Quéricia, não compareceram à votação.

## CONSTITUINTE EM PAUTA

Um peemedebista — Franco Montoro — e três políticos de outros partidos — Tancredo Neves (PP), Ivete Vargas (PTB) e Alceu Colares (PDT) — participarão dia 11, a partir das 19 horas, no auditório da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, de um debate sobre a Constituinte, ponto máximo das comemorações de aniversário da implantação dos cursos jurídicos no Brasil. Dia 13, no mesmo horário e local, o prof. Daímo Dallari fará uma palestra sobre "A função revolucionária do Direito".

Dia 14, Ulisses Guimarães, Freitas Nobre, Miguel Arrais e Almino Afonso irão a Teresina para uma concentração peemedebista, em que a discussão da Constituinte terá o maior destaque. Dia 23, os quatro deverão estar em Feira de Santana (BA), pelos mesmos motivos.

## Teotônio exige Constituinte

BRASILIA (Sucursal) — A convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, como forma de se levantar uma nação em ruínas, foi, mais uma vez, exigida ontem, da tribuna, pelo senador Teotônio Vilela, que se declarou disposto a continuar nessa luta, embora muitos considerem utópicas as suas idéias.

Fazendo um paralelo entre a situação política e o quadro econômico e social da Nação, Teotônio advertiu que os erros acumulados pela administração decorrem da natureza do regime e do modelo adotados pelo governo, motivo por que cresce a gravidade do fenômeno da intolerância pública.

O discurso de Teotônio Vilela foi ouvido por apenas cinco oposicionistas e pelo pedessista Luis Cavalcante, conterrâneo do orador, que, desde o tempo da extinta Arena, sempre foi o único que permanecia em plenário quando Teotônio assumia a tribuna.

Teotônio Vilela, parafraseando um ditado popular, disse que o povo não merece o governo que tem, e que não foi por ele escolhido, e que a oposição ao regime é o ponto de partida do desafio democrático que precisa ser enfrentado. Observou que o sistema e o governo se tornaram fontes perenes de conflitos e que, por isso, buscar soluções que mantenham a situação dominada pelo regime, e pregar no deserto.

Teotônio Vilela entende, também, que o reformismo do go-

verno e o convencionalismo da oposição não constituem a saída de que a Nação precisa, e que repousa, unicamente, na convocação de uma Constituinte que estabeleça uma nova ordem no País. Responsabilizou o regime pela colocação da segurança acima de objetivos mais importantes e fundamentais, assinalando que daí advém os vícios e os males, gerando o descrédito dos poderes públicos e a desmotivação social.

Teotônio disse, entretanto, que o povo não perde a esperança embora se sinta cansado e, mais ainda, aflito por sentir o seu esforço completamente desbaratado. Para ele, o Brasil tem condições de vencer a crise que sufoca o mundo e que é originada no conflito de interesse das grandes potências, mas, para isso, é preciso que a Nação se reencontre com suas forças vitais, reunindo-as e reorientando-as na exploração intensiva de suas riquezas abandonadas ou malbaratadas.

O que se quer — disse Teotônio Vilela, é uma carta de princípios democráticos da qual surja um regime sólido em que a autoridade pública possa se exercer plenamente, quer pela legitimidade de suas origens, quer pela proteção intrínseca ou extrínseca à natureza dessas origens.

Concluindo, disse que a Constituinte deve ser aceita como um apelo pessoal de verdade, e que fazer germiná-la, mesmo em terra sáfara, é um ato de fé.

ANC 88  
Pasta 80/81  
07/1/1980